

Do ensurdecedor silêncio historiográfico

On the deafening historiographic silence

SÉRGIO RIBEIRO PINTO*

Sumário

De entre os variados âmbitos sobre os quais incidiu a produção editorial no contexto do Centenário de Fátima, foi escasso o espaço consagrado à historiografia. A partir da caracterização dos títulos que nela podem incluir-se, este ensaio interroga algumas das razões para esse facto, apontando potenciais objetos do trabalho historiográfico que possam alargar e aprofundar o conhecimento das múltiplas repercussões do fenómeno fatimida.

Palavras-chave: Centenário de Fátima; História; Historiografia; Portugal Contemporâneo.

Abstract

A scarce space was given to historiography among the varied areas covered by the editorial production regarding the Fátima Centennial. Based on the characterization of the titles published, this essay questions some of the reasons for this fact, pointing out potential subjects of the

* Doutorado em História pela Universidade Nova de Lisboa; Professor Convidado da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa; Investigador Integrado do Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), UCP; ORCID: 0000-0002-6226-8569; sergioribeirpinto@gmail.com.

historiographic work that can broaden and deepen the knowledge of the various impacts of Fátima.

Keywords: Centennial of the Fátima Apparitions; History; Historiography; Contemporary Portugal.

Os contextos comemorativos recentes têm constituído ocasiões para potenciar a investigação historiográfica no que concerne à problemática religiosa. Seria expectável que, dada a relevância assumida pelo fenómeno de Fátima, os seus muito glosados impactos religiosos e as instrumentalizações políticas a que se prestou, merecesse renovadas aproximações e leituras, carreando um novo conjunto de fontes e inovadores métodos de abordagem.

Mas não foi isso que aconteceu.

Em busca da compreensão para esse facto, ensaia-se num primeiro apartado, uma visão global sobre as publicações que, recorrendo ou não ao título de «história», constituem, em sentido próprio, contribuições de natureza historiográfica, salientando algumas características de que se revestem.

Em momento ulterior indagam-se as causas que podem ajudar a compreender a escassez das publicações de cariz historiográfico no contexto do evento editorial desenvolvido no contexto do primeiro centenário de Fátima, apontando-se a alguns dos fatores que têm contribuído para marginalização do fenómeno religioso, em geral, como campo de observação da historiografia portuguesa que se debruça sobre o período contemporâneo.

A partir desse panorama apontam-se, na terceira secção, algumas das temáticas sobre as quais interessará incidir o trabalho historiográfico no sentido de permitir um conhecimento alargado do contexto em que se processou a origem e o desenvolvimento do fenómeno mariano fatimida, bem como a variedade de aspetos em que se fizeram sentir as suas repercussões.

1. Do rótulo *história* à *historiografia*

O contexto criado pela evocação do centenário das origens do fenómeno de Fátima proporcionou uma dinâmica editorial de dimensão assinalável no triénio 2015-2017. Todavia, entre o *corpus* bibliográfico constituído a produção de cariz historiográfico salienta-se pelo seu carácter residual. As publicações foram escassas e as novidades quase nulas.

Entre os 109 títulos reunidos, apenas oito se socorrem do rótulo «*história*» de Fátima e dos seus acontecimentos, números que sublinham a escassez da produção historiográfica no contexto referido.

Uma apreciação mais detalhada desses títulos¹ permite consolidar essa perspetiva, redundando na perceção de que, sob o ponto de vista editorial, se produziu durante o triénio analisado um pesado silêncio historiográfico.

Neste quadro, e ainda que o termo «*história*» parece constituir um rótulo editorial apelativo, as publicações que dele se socorrem só marginalmente parecem ser devedoras da metodologia e da epistemologia historiográfica.

Tal parece suceder com as obras em questão. A economia desses relatos, geralmente centrada no desfiar cronológico dos acontecimentos, teria uma mais apropriada caracterização se classificada como crónica dos mesmos. Permitiria, sobretudo, desfazer o equívoco frequente de tomar «*história*» por «*historiografia*».

Tal não significa que sejam desprovidos de interesse. Seja pelo propósito de divulgação de que se revestem – importante pelo cristalizar de perceções que o trabalho historiográfico tem de considerar –, seja pelo

¹ Cf. José A. Ribeiro de Carvalho, *História das Aparições de Nossa Senhora de Fátima* (Estoril: Prime Books, 2015); Carvalho, *História das Aparições de Fátima. Portugal e o Mundo da sua época (1917-2017)*, (Porto: Edições Esgotadas, 2017); *Fátima 1917-2017. A história no teu bolso* (Lisboa: Paulinas Editora, 2017); Natércia Vieira, *Fátima – História de um Grupo de Peregrinos* (Lisboa: Chiado Editora, 2016); Saverio Gaeta, *Fátima – Toda a Verdade. A História, os segredos, a consagração* (Lisboa: Nascente, 2017); Rina Risitano, *Fátima 1917-2017. A história das Aparições* (Lisboa: Paulinas Editora, 2017); *Santa Maria, Mãe de Deus. História das Aparições – Orações Jubilares* (Lisboa: Bookout, 2017); Sérgio Franclim, *A História dos Três Pastorinhos* (Lisboa: Booksmile, 2017).

acervo iconográfico que algumas elas carregam – abrindo um campo de indagação ainda a necessitar de aprofundamento.

Se podem constituir material sobre o qual o historiador não pode deixar de se interrogar, não constituem, especificamente, historiografia.

Em primeiro lugar, porque carecem, em geral, de uma análise aprofundada do contexto que, em todo o caso, não ultrapassa o contexto sociorreligioso e político mais próximo.

Em segundo lugar, o que se afigura mais determinante, porque o seu objeto é confinado aos fenómenos cujo âmbito e natureza escapam à verificação empírica a que terá de proceder o trabalho historiográfico, sendo de difícil sustentação que aquele possa ter instrumentos analíticos apropriados. A velha máxima wittgensteiniana, que manda guardar silêncio «acerca daquilo de que se não pode falar»², serve de prevenção ao historiador para que vigie com rigor metodológico o exercício de estabelecimento do objeto da sua investigação, do respetivo perímetro analítico e da adequação ao mesmo das ferramentas que tem ao seu dispor.

O debate, reacendido no contexto do centenário, em torno das designações «aparicação» ou «visão»³, ilustra com clareza que competirá ao trabalho teológico e filosófico, aos respetivos objetos, métodos e instrumentos dessas duas ciências – entre outras – a análise fenomenológica.

Porém, tal não significa que a historiografia tenha e, menos ainda, deva alhear-se dessas problemáticas. Elas poderão constituir objetos da sua análise enquanto fenómenos sociais relativos aos processos de perceção dos factos e vivências religiosas, dos sistemas de crenças e da sua respetiva apropriação. O que não lhe compete, por manifesta inadequação do seu escopo, é historiar «a aparição» ou «a visão», enquanto tal e, por via disso, determinar se «verdadeira» ou não.

² Ludwig Wittgenstein, *Tratado Lógico-Filosófico* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002), 142.

³ Cf. Carlos A. Moreira Azevedo, *Fátima. Das visões dos pastorinhos à visão cristã* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017).

Esse parece constituir, no entanto, o interesse primordial despertado, ainda hoje, pela referência a Fátima, como fez notar José Miguel Sardica⁴. Este autor, notando a permanência da interrogação sobre a «verdade» desses acontecimentos, sublinhou a relevância das consequências que espoletou e que ultrapassam, na cronologia e na geografia, os eventos de 1917 ocorridos em Fátima. Se estes parecem originar um feitiço que o trabalho historiográfico tem tido dificuldade em quebrar, é precisamente aí – na pluralidade das suas repercussões nos mais diversos âmbitos da vida social, política, económica, religiosa e cultural que se centra a relevância temática de Fátima – quando considerada a partir da especificidade do trabalho historiográfico.

A limitada produção das publicações deste tipo no triénio em apreço torna relevante a reedição da obra de Luís Filipe Torgal, *O Sol Bailou ao Meio-dia. A criação de Fátima*, originalmente saída sob o título de *As Aparições de Fátima. Imagens e representações (1917-1939)*. O objetivo essencial prende-se com a análise do papel desempenhado, no percurso de afirmação de Fátima como lugar central do catolicismo português e global, pelas «elites leigas» e pela imprensa católica, discutindo a célebre afirmação de Manuel Gonçalves Cerejeira, segundo a qual Fátima se impôs à Igreja, e não o contrário. Visa, assim, debater a relação entre a emergência dos acontecimentos de Fátima e os embates políticos, ideológicos e sociais ocorridos nas primeiras décadas do século xx entre o universo católico e as correntes laicas e anticlericais, primeiro, e comunistas, depois (p. 20). O autor enuncia o propósito de deixar de fora da sua análise o «conteúdo teológico da presumível “mensagem mariana” transmitida na Cova da Igreja [... tal como] resolver o dilema da autenticidade/falsidade destas aparições» (p. 19).

Ainda que alguns elementos de pormenor pudessem ter sido matizados ou aprofundados, tendo em conta a reformulação de alguns dos aspetos da obra que ganhou com a referência a estudos posteriores à sua primeira publicação, permanece um contributo historiográfico importante

⁴ Cf. «Especial Fátima: 100 anos de fé,» *Visão* (2017).

ao fenómeno de Fátima e às suas incidências, servindo de referência a outras publicações vindas a lume no contexto do centenário, o que é particularmente evidente na investigação jornalística de Patrícia Carvalho⁵.

A partir da história política, e insistindo no que considera a instrumentalização do fenómeno de Fátima para esse fim, a análise que Angelo D’Orsi empreendeu em *1917: O ano que mudou o mundo* tem o mérito de o aproximar a realidades similares no contexto europeu do período da Grande Guerra (1914-1918), ainda que pareça redutora a circunscrição dos eventos e das suas consequências à instrumentalização com fins essencialmente políticos: não, apenas, quando erros de pormenor traem o pensamento do autor – quando atribui a autoria dessa «instrumentalização» ao «bispo [sic] Manuel Nunes Formigão»⁶ –, mas, sobretudo, porque parece dissonante com a sua tese geral, mais arguta, de que os acontecimentos gerais do ano em causa corporizaram um momento de viragem nos equilíbrios sociopolíticos e geoestratégicos, mas também das mentalidades, em rutura com o clima que conduziu à Grande Guerra (1914-1918).

Perante este panorama editorial, os contributos que compõem «*Fátima. A construção do fenómeno*»⁷ adquirem particular relevância. Nas condicionantes impostas pelo formato destinado ao grande público, traz um conjunto de sínteses dos principais elementos dos debates historiográficos sobre Fátima, bem como a análise dos seus impactos, sobretudo de natureza política, quer no que à evolução interna respeita, quer no atinente às relações com a Santa Sé. Além disso, sumaria alguns dos tópicos relativos à perceção atual do fenómeno fatimita, permitindo traçar o quadro das aquisições e lacunas da historiografia sobre o tema. Por fim, merece destaque o ensaio de alargamento temático que empreende, revelado nas coleções iconográficas feitas e na seleção de filmografia sobre o tema, elementos merecedores de estudos monográficos.

⁵ Cf. Patrícia Carvalho, *Fátima – Milagre ou Construção? A investigação que explica como tudo aconteceu* (Porto: Ideias de Ler, 2017).

⁶ Angelo D’Orsi, *1917: O ano que mudou o mundo* (Lisboa: Bertrand, 2017), 107.

⁷ Cf. *Visão História* 39 (2017).

2. À volta da marginalidade da História social da religião contemporânea

Tão poucos resultados, no que respeita à investigação historiográfica, merecem uma indagação, ainda que sumária, das suas possíveis causas. Exploram-se quatro elementos que, conjugados, contribuem para o carácter marginal que a historiografia portuguesa tem votado à história social do fenómeno religioso. Uma, mais remota e de mais largo espectro. As restantes, mutuamente condicionantes, são de cariz prático, diretamente relacionadas com as fontes usadas na atividade historiográfica.

O fenómeno religioso é um elemento antropológico basilar constitutivo da vida individual e coletiva, relativo à subsistência e reprodução simbólica, tal como a organização social e o sistema de produção e troca de bens. Enquanto tal, constitui um objeto irrenunciável da epistemologia historiográfica.

Ao contrário do que sugere a pretensão acrónica geralmente encontrada nos sistemas religiosos, trata-se de um fenómeno histórico, ou seja, sujeito às condicionantes do tempo e do espaço que marcam as suas características e a respetiva evolução.

Na análise desta evolução adquiriram relevância analítica, que ainda não perderam, as variadas teorias da secularização⁸. Tem sido notado, porém, o carácter totalizador que esse «macroconceito» assumiu, esgotando-se, «com frequência, na observação da crise da reprodução institucional do religioso»⁹. De conceito analítico pertinente, na variedade dos seus usos e aceções, tem passado, em muitos dos seus usos abusivos e acríticos, a funcionar uma noção autoexplicativa da evolução do fenómeno religioso, que consistiria na perda continuada e linear da relevância individual e coletiva da religião. A montante de qualquer trabalho analítico, o uso do termo funciona, com frequência, como espécie de não-dito – subtexto das diversas ciências ditas sociais e humanas que

⁸ Cf. Fernando Catroga, *Entre Deuses e Césares. Secularização, laicidade e religião civil* (Coimbra: Almedina, 2006), 15-63.

⁹ Alfredo Teixeira, «Prefácio à edição portuguesa,» em Danièle Hervieu-Léger, *O Peregrino e o Convertido. A religião em movimento* (Lisboa: Gradiva, 2005), 11.

sobre ele se debruçam – pretendendo explicar a transição de sociedades pretensamente híper-religiosas (as pré-contemporâneas) a sociedades hiporreligiosas (as contemporâneas).

Uma análise mais detalhada da evolução do fenómeno religioso, que não prescindia da análise de outros componentes, para lá das configurações e protagonistas institucionais – como os seus sistemas de crenças e respetivos sistemas de práticas (as suas dimensões simbólicas e performativas) em maior ou menor consonância com as balizas da ortodoxia definidas pelas suas teologias e doutrinas, parece apontar no sentido da mudança de estatuto, não tanto de perda. Só aparentemente essa alteração pode configurar um conjunto de consequências menos decisivas: como sublinhou Boutry, a religião passou de «facto de mentalidade» à condição «mais facilmente contestável, de opiniões religiosas», em resultado da «revolução cultural» operada pela afirmação do sufrágio universal¹⁰.

Essa alteração decisiva do estatuto da religião – dos fenómenos que lhe estão associados, dos protagonismos que gera e do grau de vinculação que suscita ou de desafetação que provoca – é o resultado da autonomização das instâncias e referenciais de sentido, socialmente legitimada, que paulatinamente foi sendo construída, a ritmos e com características diferenciadas, em diversas sociedades. Dependendo, antes de mais, do grau de adesão individual que concitam e dando origem, geralmente, a dinâmicas de natureza grupal ou comunitária, essas instâncias e instituições são tão legítimas quando se reclamam de uma «ordem» secular como quando reivindicam uma filiação de «ordem» religiosa, o que tem implicado tensões concorrenciais entre essas diversas instâncias, visando concitar a adesão dos indivíduos e das comunidades às suas pretensões.

Uma das consequências dessa autonomização das instâncias produtoras de sentido prende-se com os mecanismos de construção social da memória, com reflexos diretos na produção e custódia dos seus vestígios. Diversificaram-se, por isso, os acervos documentais e as suas tipologias, em razão do processo de expansão da administração pública

¹⁰ Philippe Boutry, *Prêtres et paroisses au pays du Curé d'Ars* (Paris: Cerf, 2007), 11.

e do desenvolvimento da sua burocracia: ainda que não possa circunscrever-se ao Estado a concorrência às dinâmicas e instituições religiosas, é indiscutível a relevância do seu papel na produção documental e sua salvaguarda. A autonomização progressiva da legitimação religiosa teve como correlato a criação de arquivos civis que foram acompanhando o progressivo alargamento burocrático donde resultou a exponenciação da documentação disponível.

Em função dos critérios de acesso que foram sendo definidos, por um lado, e dos meios colocados à disposição do tratamento dos materiais de arquivo – ainda que nem sempre suficientes – o acesso a esses acervos torna-se, com frequência, mais fácil que aos que se encontram sob custódia de instituições particulares e, em concreto, de instituições religiosas.

O caso português, todavia, reveste-se de algumas especificidades, dado que, em razão das peculiaridades do seu processo de secularização, em primeiro lugar, e dos episódios que marcaram a laicização do Estado, depois, uma parte muito significativa da documentação de produção eclesiástica, ou que começou por estar sob sua custódia, está hoje conservada em arquivos estatais.

Assim, mais que a indisponibilidade ou escassez de documentação – o que não sucede – é a compreensão errónea e, com muita frequência, acrítica do fenómeno da secularização que tem contribuído para a marginalidade a que a problemática religiosa tem sido votada pela historiografia portuguesa, com consequências para a análise da evolução política, social, económica, cultural e religiosa do país.

Em larga medida, a perceção da perda de relevância política e social das instituições religiosas na contemporaneidade acarretou a desvalorização historiográfica da documentação religiosa, ou seja, dos vestígios das suas dinâmicas sociais, da diversidade das suas instituições, das ideias e práticas que lhe estão associadas.

Todos esses elementos têm sido centrais no trabalho historiográfico levado a cabo sobre os períodos medieval e moderno, de que resultaram desenvolvimentos significativos nas últimas décadas. Sendo certo que a relevância então assumida pelas instituições religiosas e, por conseguinte,

na produção e custódia da documentação, tem nisso um papel decisivo, não é menos verdade que essas dinâmicas, protagonistas e práticas não desapareceram com o alvorecer da contemporaneidade, mesmo tendo sido alterado o seu estatuto e exponenciado o grau de concorrência por parte de novas instituições, dinâmicas e protagonistas.

Para mais, alguns desses elementos funcionaram, até à laicização do Estado levada a cabo com o advento da República, como instituições e protagonistas de carácter híbrido, simultaneamente agentes do religioso e das instâncias civis, em razão da confessionalidade do Estado português. Como não considerar o papel – político e social, para lá de religioso – de que se revestiram os agentes eclesiásticos, muitos deles incluídos no quadro dos servidores do Estado? Ou da hierarquia católica, a quem o regime liberal consagrou um lugar nas suas instâncias políticas e legislativas? Também se poderá interrogar os efeitos dessa alteração sobre algumas das instituições que, até ao alvorecer da contemporaneidade têm merecido estudos aprofundados, como as confrarias e irmandades, sobre as quais foi produzida abundante legislação civil ao longo dos séculos XIX e XX. Alteradas algumas das suas características, nem por isso deixaram de constituir instâncias de reprodução de lógicas e afinidades sociais e políticas, ou de protagonizar dinâmicas localizadas de gestão da vida social e cultural a partir de uma legitimação que, sendo fundada a partir do âmbito religioso, tinha efeitos que ultrapassavam a sua esfera.

Como se não bastassem estes elementos, enunciados a título exemplificativo, resta por considerar o modo como os indivíduos e as comunidades, locais ou regionais, lidavam com os agentes, as ideias e as práticas religiosas e de que forma se cristalizaram ou alteraram comportamentos políticos, sociais e culturais em função da maior ou menor vinculação que concitavam.

Ora, o espoletar dos acontecimentos de Fátima deu-se escassos seis anos após a recíproca e conflituosa desvinculação identitária entre o Estado e a Igreja em Portugal, cujo processo foi instrumentalizado, para efeitos retóricos com fitos de reforço identitário por ambas as instituições. Não parece suficiente considerar, por isso, as causas imediatas que os

antecederam para se obter uma compreensão abrangente do fenómeno, sendo imprescindível conhecer de modo aprofundado os impactos ainda subsistentes do quadro político-religioso anterior. É que, se a separação jurídica constituiu um passo decisivo na relação institucional, a sua concretização social foi muito diferenciada¹¹, tal como os modos como foi operacionalizada localmente, sendo necessário continuar a investir no conhecimento específico desses processos.

As debilidades que a história social portuguesa tem apresentado e as lacunas que ainda manifesta no que concerne à compreensão da primeira centúria do período contemporâneo resultam, também, do escasso espaço que tem dedicado à análise do fenómeno religioso.

Para isso concorre, a par da desvalorização da documentação religiosa, a depreciação dos fundos sob custódia eclesiástica. Ainda que uma parte substancial dessa documentação esteja hoje conservada nos variados arquivos públicos, uma parte relevante mantém-se à guarda das instituições religiosas. Considerando, apenas, a documentação das dioceses – recorde-se que, até 1911, funcionaram como instâncias da Administração Eclesiástica do Estado –, em muitos casos ela só pode ser reconstruída consultando os documentos que se dispersam entre os arquivos distritais e os diocesanos.

Em grande medida, essa desvalorização resulta da dificuldade do acesso à documentação eclesiástica, cujo estado de conservação e custódia não é, com frequência, satisfatório. Pesem, embora, os esforços feitos em anos recentes, e ainda em curso, nomeadamente os levados a cabo por algumas dioceses – como o Patriarcado, Braga, Porto, Viseu e Lamego, para citar alguns exemplos – resta um longo caminho a percorrer para tornar mais acessível, e por isso de recurso mais frequente, os relevantes acervos documentais, na quantidade e na qualidade, que aí se conservam.

¹¹ Cf. Maria Lúcia de Brito Moura, *A «Guerra Religiosa» na I República* (Lisboa: CEHR, 2010).

3. Em torno de Fátima: algumas tarefas historiográficas

Fátima é um dos resultados da vitalidade do catolicismo português contemporâneo¹². Competirá ao trabalho historiográfico – entre outras disciplinas – delinear com mais precisão os contornos dessa vitalidade, as suas aspirações, o seu grau de concretização e os seus protagonistas. Todos estes aspetos estão, ainda, insuficientemente precisados, limitando o conhecimento da sociedade portuguesa contemporânea, de forma abrangente, e as múltiplas formas de que se revestiu o catolicismo português, em particular.

Poderá mesmo indagar-se se não deve ser equacionada a existência de vários «catolicismos» nacionais, no sentido da variedade de situações em que se encontravam as diferentes igrejas locais – marcadas por territorialidades diversas e por graus de enquadramento eclesiástico muito variável –, donde decorriam distintos modos de apropriação dos elementos doutrínários essenciais, da articulação das suas vinculações societárias, das suas práticas sacramentais, rituais e festivas, mais ou menos integradas eclesialmente.

O conhecimento desta diversidade afigura-se determinante para se compreender, por um lado, a atratividade ou a recusa que o fenómeno de Fátima mereceu em 1917 e nos anos subsequentes; e, por outro lado, o eventual efeito de padronização que as dinâmicas institucionais católicas centradas no Santuário de Fátima tiveram no catolicismo português posterior.

Se, como foi salientado, o seu escopo e métodos afastam o trabalho historiográfico da análise fenomenológica das aparições, competir-lhe-á a ambiciosa modéstia de indagação e interpretação das causas e dos efeitos, independentemente da natureza dos eventos e do posicionamento do historiador perante os mesmos. É que, como provocatoriamente definiu Lucien Febvre, «o historiador não é o que sabe, mas o que procura...

¹² Cf. Manuel Clemente, «A vitalidade religiosa do catolicismo português: do Liberalismo à República,» em *História Religiosa de Portugal*, vol. 3, dir. Carlos Moreira Azevedo (Lisboa: Círculo de Leitores, 2002), 65-127.

e conseqüentemente, o que põe em causa as soluções adquiridas, que revê, quando é preciso, os velhos processos»¹³.

Essa tarefa é necessária para os desenvolvimentos ocorridos após 1917. Não o é menos, porém, para a avaliação dos contextos religiosos, sociais, económicos, culturais e políticos que possibilitaram o fenómeno de Fátima nos contornos que este assumiu. Pesem, embora, os desenvolvimentos historiográficos mais recentes¹⁴, potenciados pelas iniciativas em torno do Centenário da República, o período imediatamente anterior carece, ainda, de estudos aprofundados.

Sabe-se que as décadas precedentes aos eventos de Fátima constituíram uma fase relevante de transformação do estatuto da Igreja Católica em Portugal, em resultado, também, da conflitualidade ideológica que implicou, a uma escala mais lata, a alteração da situação internacional do catolicismo¹⁵. No entanto, sobre as circunstâncias e contextos cronologicamente mais remotos, mas de não menos relevantes e perduráveis efeitos, sobejam perguntas e escasseiam respostas.

Salva a exceção de Viseu¹⁶, estão por fazer as histórias das diversas dioceses portuguesas. Conhecer, por exemplo, o panorama dos oragos das suas paróquias permitirá aquilatar o peso que as invocações marianas tinham em cada uma, o que ajudará a determinar de que modo e em que grau essas invocações, as instituições a elas ligadas, os protagonismos socio-ecliais que potenciavam, bem como os eventos celebrativos e festivos que em torno delas se produziam, possibilitaram a integração de um culto que, se assumiu contornos novos, não deixou de assentar sobre configurações e práticas antigas e de larga difusão. A evolução diacrónica desses oragos permitirá, ainda, perceber a implantação local de Fátima e

¹³ Lucien Febvre, *O Problema da Descrença no Século XVI* (Lisboa: Editorial Início, 1970), 11.

¹⁴ Cf. Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja. Concórdia e conflito entre a Primeira República e o Catolicismo* (Lisboa: Dom Quixote, 2010) e a bibliografia aí referenciada.

¹⁵ Cf. Emiel Lamberts, ed., *The Black International/L'Internacional noire 1870-1878. The Holy See and the Militant Catholicism in Europe/Le Saint-Siège et le catholicisme militant en Europe* (Leuven: Leuven University Press, 2002).

¹⁶ Cf. José Pedro Paiva (coord.), *História da Diocese de Viseu* (Viseu: Diocese de Viseu/Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016), 3 volumes.

a sua dispersão à escala nacional: que oragos foram alterados em função da caução eclesial que Fátima mereceu, qual o seu impacto na denominação das paróquias criadas ou reformuladas nas décadas seguintes nos diversos espaços diocesanos e qual a dispersão entre as invocações postas à veneração das igrejas paroquiais?

Interessará, ao nível dessas práticas e das fórmulas celebrativas usadas, compreender as representações que lhes estavam associadas, determinando-se quando e de que modo foram influenciadas pelo fenómeno fatimida.

Além disso, importará equacionar as eventuais alterações que o mesmo implicou sobre os comportamentos e a prática religiosa, considerando tanto as dinâmicas de reforço das vinculações institucionais, quanto as da sua desafetação.

Outro tanto está por investigar no que respeita à produção teológica, em ambiente universitário e fora dele, o que não será menos relevante num período de esvaziamento da Faculdade de Teologia subsistente até 1910 e da ausência de um instituto similar até finais da década de 1960, apesar de desde 1920, pelo menos, ter estado no horizonte de uma parte da hierarquia católica portuguesa¹⁷.

Quanto a esta, desconhecem-se muitos dos elementos relativos à sua evolução contemporânea, tal como à extração social e geográfica do clero em geral, às características da sua formação e aos institutos através da qual foi levada a cabo, para lá dos impactos resultantes das variadas alterações do seu estatuto ocorridas nos últimos duzentos anos ou das dinâmicas associativas que protagonizou nesse período e, não menos relevante, dos mecanismos da sua sustentação económica e financeira.

Estes são alguns dos variados elementos do alargamento temático a levar a cabo pela historiografia no sentido de traçar um enquadramento mais abrangente de Fátima, sem o qual este permanecerá insuficientemente circunscrito aos eventos e processos imediatamente antecedentes.

¹⁷ Cf. Manuel Clemente, «Universidade Católica Portuguesa: uma realização de longas expectativas,» *Lusitania Sacra* 6 (1994): 15-29.

Este alargamento temático terá de ser acompanhado pela amplificação e diversificação das fontes. O esforço concretizado na *Documentação Crítica de Fátima* constitui um contributo relevante, ainda insuficientemente explorado pela historiografia.

Será necessário, porém, explorar outras tipologias documentais, entre as quais se afiguram particularmente relevantes as de natureza iconográfica, produzidas dentro e fora do contexto eclesial. Do mesmo modo, a inquirição de fontes de incidência local permitirá traçar geografias diferenciadas das práticas religiosas, da sua incidência e configuração, bem como dos modos distintos de lidar com as mediações eclesiais, o que ajudará a compreender o terreno sobre o qual o fenómeno de Fátima veio a incidir.

Notas conclusivas

A produção especificamente historiográfica publicada no triénio 2015-2017 a propósito do Centenário de Fátima foi escassa, apesar do apelo editorial que o rótulo «história» exerceu e a que se recorreu para titular algumas obras cujo perímetro e instrumentos analíticos se distanciam em maior ou menor grau da investigação historiográfica.

Neste quadro assumiram particular relevância as publicações periódicas destinadas a um público mais alargado, permitindo sintetizar as grandes linhas da investigação já produzida e as respetivas aquisições, bem como perspetivar novos campos de análise que permitam uma compreensão mais abrangente do fenómeno de Fátima e da multiplicidade das suas implicações.

A historiografia sobre a contemporaneidade portuguesa tem reservado um espaço exíguo à consideração do fenómeno religioso, o que terá contribuído para a escassez da produção sobre Fátima. A republicação da mais sólida contribuição historiográfica produzida em ambiente académico afigura-se como marco relevante, também porque permite sinalizar as limitações do trabalho historiográfico português sobre a evolução da religiosidade, nas suas múltiplas vertentes.

Fátima constituiu-se como fenómeno religioso decisivo para a compreensão da sociedade portuguesa contemporânea porque a incidência dos seus efeitos se estende aos mais variados campos em que aquela se articulou. Restringi-lo ao campo religioso e, mesmo assim, ao imediato contexto dos seus acontecimentos, impede uma panorâmica mais alargada desse percurso societário cujo elemento religioso, as instituições que produz e os protagonismos que sustenta, está profundamente implicado com as dinâmicas de natureza política, económica, social e cultural, tanto nas convergências que gera, quanto nas divergências que potencia.

As tarefas de alargamento temático e de fontes, que permitam novas abordagens à problemática religiosa, em geral e, particularmente, ao fenómeno fatimida, constituirão a contribuição da historiografia para a compreensão dos impactos multímodos que os mesmos tiveram na evolução da sociedade portuguesa contemporânea.

Bibliografia

- Boutry, Philippe. *Prêtres et paroisses au pays du Curé d'Ars*. Paris: Cerf, 2007.
- Carvalho, Patrícia. *Fátima – Milagre ou Construção? A investigação que explica como tudo aconteceu*. Porto: Ideias de Ler, 2017.
- Catroga, Fernando. *Entre Deuses e Césares. Secularização, laicidade e religião civil*. Coimbra: Almedina, 2006.
- Clemente, Manuel. «A vitalidade religiosa do catolicismo português: do Liberalismo à República.» Em *História Religiosa de Portugal*. Volume 3. Direção de Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.
- Clemente, Manuel. «Universidade Católica Portuguesa: uma realização de longas expectativas.» *Lusitania Sacra* 6 (1994): 15-29.
- Febvre, Lucien. *O Problema da Descrença no Século XVI*. Lisboa: Editorial Início, 1970.
- Lamberts, Emiel (Ed.). *The Black International/L'Internacional noire 1870-1878. The Holy See and the Militant Catholicism in Europe/Le Saint-Siège et le catholicisme militant en Europe*. Leuven: Leuven University Press, 2002.
- Matos, Luís Salgado de. *A Separação do Estado e da Igreja. Concórdia e conflito entre a Primeira República e o Catolicismo*. Lisboa: Dom Quixote, 2010.
- Moura, Maria Lúcia de Brito. *A «Guerra Religiosa» na I República*. Lisboa: CEHR, 2010.

Paiva, José Pedro (Coord.). *História da Diocese de Viseu*. Viseu: Diocese de Viseu/Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

Teixeira, Alfredo. «Prefácio à edição portuguesa,» in Danièle Hervieu-Léger, *O Peregrino e o Convertido. A religião em movimento*. Lisboa: Gradiva, 2005.

Wittgenstein, Ludwig. *Tratado Lógico-Filosófico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

Artigo recebido a 19.09.2018 e aprovado a 12.12.2019.

